

Prefácio

Projeto APLs como política de Estado

O Estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro em criar políticas para Arranjos Produtivos Locais (APLs), quando, no início dos anos 2000, apoiou os sistemas locais de produção (SLPs). Desde então, continua apoiando os APLs, mas foi somente em 2011, ao ser aprovada a Lei n.º 13.839, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, que foi criado o Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais e que começou a tomar a forma em que está estruturado atualmente.

Dentro desse programa, o apoio aos APLs constitui-se no Projeto de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (Projeto APLs). A substancial diferença na nova organização foi instituída por meio do Decreto n.º 48.936, de março de 2012, que, entre outras definições, passa a responsabilidade de reconhecimento e enquadramento de novos APLs para o Núcleo Estadual de Ações Transversais nos APLs (NEAT).

Dessa forma, os integrantes do APL devem, por iniciativa própria, pedir seu reconhecimento como um APL ao NEAT, que, então, delibera sobre o seu reconhecimento ou não. Para serem reconhecidos, devem demonstrar para o NEAT sua organização coletiva e relevância econômica e social para a sua região. Aqueles que forem enquadrados terão prioridade no atendimento e provável aporte de recursos.

Além disso, o Decreto n.º 48.936 institui que a delimitação dos APLs deverá observar as municipalidades e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para orientar a definição das empresas passíveis de enquadramento dentro do APL. Essa delimitação é de suma importância para a pesquisa econômica, pois permite a identificação e a delimitação dos beneficiários dos aportes financeiros.

Todo o arcabouço jurídico que constitui a nova organização torna o apoio aos APLs estaduais menos discricionário e mais sistematizado, na forma de uma política pública de Estado.

O ano de 2012 marcou o lançamento do primeiro edital de seleção de APLs. Empresas e entidades empresariais, podendo contar com o apoio de universidades e instituições públicas locais, deveriam elaborar uma proposta de trabalho e submetê-la à Agência Gaúcha de Desen-

volvimento e Promoção de Investimento (AGDI) para participar do edital de seleção. Todas as propostas foram avaliadas por uma comissão de análise formada por instituições-membros do NEAT. Vários critérios foram considerados para avaliação das propostas, entre eles: demonstrar a importância econômica, histórica, cultural e social do APL para a região; demonstrar o potencial de inovação do APL; a existência de cooperação entre empresas, produtores e outras instituições; a existência de coordenação entre entidades associativas, universidades, centros tecnológicos.

Atualmente, o Projeto APLs apoia 28 APLs enquadrados, abrangendo a maioria dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) do Estado. Os setores apoiados são diversificados: metalmeccânico, moda, moveleiro, pedras, gemas e joias, agroindústria familiar, naval, saúde, tecnologia da informação, automação e controle, alimentos, audiovisual, defesa e jogos digitais.

O Projeto APL conta com recursos do Programa de Apoio à Retomada do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul (Proredes), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com financiamento do Banco Mundial, contratado com o Governo do Estado em 2012, o qual foca a elaboração e a implementação de políticas públicas, tendo entre seus objetivos estratégicos a promoção do desenvolvimento econômico e regional. Destina-se a fortalecer a governança de 20 Arranjos Produtivos Locais através de ações de articulação, capacitação, qualificação e cooperação; possibilitar a elaboração dos respectivos planos de desenvolvimento e de *marketing*; elaborar projeto de simbiose industrial; e criar instrumentos de monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas para os APLs.

Como consequência de renegociação do contrato com o BIRD, foi lançado, em 2015, o Edital de Projetos Prioritários de APLs, que selecionou oito projetos. No segundo semestre de 2016, haverá um novo edital para apoio à governança e outro para apoio a projetos prioritários.

O Estado do Rio Grande do Sul estimula que os arranjos busquem a sua autossustentabilidade, apresentando projetos coletivos que possam aumentar a competitividade das empresas. Os APLs precisam dar como contrapartida a governança, realizando ações para conseguirem manter-se sem recursos públicos. O Estado tem recursos do financiamento Proredes-BIRD até 2018, e, por isso, o Projeto incentiva que os

arranjos passem a captar novos recursos e saibam elaborar projetos, pois, a partir de 2019, a fonte de recursos será o orçamento do Estado.

No ano de 2013, a AGDI contratou a Fundação de Economia e Estatística (FEE) para elaborar estudos para subsidiar as políticas públicas. Existem várias aglomerações produtivas, mas nem todas podem ser consideradas Arranjos Produtivos Locais. Entre esses estudos, cabe destacar o realizado para o Complexo Industrial da Saúde, na Região Sul do Estado, um dos setores priorizados pela política estadual. Nesse APL, foi constatada a existência de ações coletivas e relações de governança, fundamentais na caracterização de um Arranjo Produtivo Local. Tais elementos, presentes nesse APL, têm sido de fundamental importância desde a sua formação, cabendo mencionar: (a) reuniões presenciais mensais do comitê gestor com a coordenação executiva e com os principais atores locais; (b) criação de grupos de trabalho para tratar assuntos de interesse coletivo; e (c) processo de criação de uma associação com a finalidade de dotar o APL de uma característica jurídica, essencial para acessar linhas de fomento e de incentivos à pesquisa e ao desenvolvimento.

Em um momento em que o Estado não apresenta disponibilidade financeira para apoiar projetos, percebe-se que muitos setores querem se enquadrar ou ser reconhecidos como APLs para acessar os recursos disponíveis. O termo APL, por ter sido muito difundido em âmbito nacional, possibilitou uma popularização do que pode ser considerado um Arranjo Produtivo Local. O NEAT já avançou no processo de reconhecimento, mas a AGDI e a equipe do Projeto APLs ressaltam que todos esses estudos das aglomerações e dos conceitos elaborados pela FEE foram e continuam sendo de grande importância para a identificação de possíveis pontos de intervenção para a política de desenvolvimento regional, levando em conta as características socioeconômicas de cada região e a capacidade das empresas participantes para tirarem proveito de economias de aglomeração e de relações de cooperação, capazes de elevar a eficiência coletiva de cada APL estudado.

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
(AGDI)
Diretoria de Produção e Inovação/Equipe do Projeto APL